






A formação de especialistas em educa-ção socioambiental e sustentabilidade como política pública na capital de São Paulo | Brasil

The training of specialists in socio-environmental education and sustainability as public policy in the capital of São Paulo | Brazil

Andréa de Almeida Bossi¹ , Alessandro Mendonça Mazzoni¹ , Pedro Cardoso Smith¹ , Zysman Neiman² , Andréa Rabinovici² 

1. UMAPAZ-Universidade

Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, 2. UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo (Brasil)

Resumo

No Brasil há uma grande dificuldade de acesso à capacitação profissional continuada, especialmente com vistas aos cursos de pós-graduação, seja pelo alto valor de investimento financeiro, seja pela carência de temáticas que venham de encontro com as realidades comunitárias e de instituições realmente comprometidas com a formação e a melhoria da qualidade de vida. A cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo/Brasil, mesmo sendo a mais rica do país, é acometida por desigualdades, descontinuidade de políticas e baixa valorização de profissionais de ensino. Compreendendo a necessidade de se ampliar a oferta de cursos gratuitos, a Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo, se uniram para ofertar um curso de especialização Lato Sensu gratuito voltado para 45 educadoras e educadores da rede formal e não formal de ensino visando a obtenção de grau de Especialista em Educação Socioambiental e Sustentabilidade. As metodologias do curso instrumentalizam alunas e alunos para o fortalecimento e a capilarização das ações nos territórios educativos, contribuindo com a sensibilização das comunidades para as principais questões socioambientais. O curso já teve uma versão finalizada e tem outra, com uma turma em andamento. O artigo propõe relatar a experiência, com todas as nuances percebidas e registradas pela equipe de Coordenação composta por servidores/as da Unifesp e da UMAPAZ.

Abstract

In Brazil there is a great difficulty to access continued professional training, especially with a view to postgraduate courses, either due to the high value of financial investment, or due to the lack of themes that come into contact with community realities and institutions truly committed to training and improving quality of life. The city of São Paulo, capital of the State of São Paulo/Brazil, despite being the richest in the country, is affected by inequalities, discontinuity of policies and low appreciation of teaching professionals. Understanding the need to expand the offer of free courses, the Sustainability and Future Visions Chair of the Federal University of São Paulo (Unifesp) and the Open University

of Environment and Culture of Peace (UMAPAZ) of the Municipality's Secretariat for Green and Environment from São Paulo, came together to offer a public and free Lato Sensu specialization course aimed at 45 educators from the formal and non-formal education networking aiming to obtain a Specialist degree in Socio-environmental Education and Sustainability. The course methodologies equip students to strengthen and disseminate actions in educational territories, contributing to raising awareness among communities about the main socio-environmental issues. The course has already had a finalized version and there is another, with a class in progress. The article proposes to report the experience, with all the nuances perceived and recorded by the Coordination team made up of employees from Unifesp and UMAPAZ.

Palavras chave:

formação de educadores/as; educação socioambiental; cursos de especialização; Unifesp; UMAPAZ.

Keywords:

empower educators; socio-environmental education; specialization courses; Unifesp; UMAPAZ.

Introdução

No Brasil há uma grande dificuldade de acesso à capacitação profissional continuada, especialmente com vistas aos cursos de pós-graduação, seja pelo alto valor de investimento financeiro, seja pela carência de temáticas que venham ao encontro com as realidades comunitárias e de instituições realmente comprometidas com a formação e a melhoria da qualidade de vida. A cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo/Brasil, mesmo sendo a mais rica do país, é acometida por desigualdades, descontinuidades de políticas públicas e baixo reconhecimento das e dos profissionais de ensino.

A valorização de professores/as, especialmente os/as da rede pública, perpassa por “uma política pautada em alguns pilares fundamentais que contemplam formação, remuneração,

carreira e condições de trabalho. Isso requer empenho do governo e da sociedade organizada nas diferentes esferas de governança nos âmbitos dos entes federados” (SILVA; NUNES, 2021:1).

A Lei 934/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira, preconiza em seu Artigo 62-A que a formação dos/as trabalhadores/as em educação “...far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas” (BRASIL, 1996). E, de acordo com o Parágrafo único do Artigo 62-A da mesma lei, “Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a Comissão da Agenda 2030¹ do Município de São Paulo realizou a adaptação da meta Global 4.c, ou seja: *“Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores/as qualificados/as na Rede Municipal de Ensino, sem exceção e sem discriminação de gênero, raça, etnia, sexualidade, condição de deficiência e outros, inclusive por meio da cooperação internacional”* (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020:115). No que concerne aos indicadores, a Comissão Municipal Agenda 2030 considerou a carência de ofertas de capacitação para educadores/as da rede pública e estabeleceu que até 2030 o número de professores/as da rede municipal com especialização deverá ser ampliado, porém sem especificar números (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

Compreendendo a necessidade de se ampliar a oferta de cursos gratuitos de qualidade, a Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo se uniram em parceria para ofertar

um curso de pós-graduação Lato Sensu, gratuito, voltado para educadoras e educadores da rede formal e não formal de ensino, visando a obtenção de grau de Especialista em Educação Socioambiental e Sustentabilidade.

O projeto nasceu durante a construção do Plano de Ação da Agenda 2030, lançado em 2021, que estabeleceu em sua ação 4.c-Q a oferta de *“...cursos de especialização na UMAPAZ, em parceria com universidades”* (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022:107).

No mesmo mês do lançamento do Plano de Ação da Agenda 2030 da cidade de São Paulo, foi publicado o Edital nº100/2022² pela Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro /Unifesp, ofertando 45 vagas para o referido curso.

As instituições parceiras: experiências e valores

A Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz da UMAPAZ é vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo, órgão vinculado ao Sistema Nacional

1 A Agenda 2030 é o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, assumido em 2015 pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil. Para mais informação, acessar: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/planejamento/agenda_2030/

2 Edital nº 100/2022/Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento. Fevereiro de 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14K6zzCZr6M_Me_xQ8_HITLRcAfPcTOx5/view?pli=1

do Meio Ambiente (SISNAMA). Desde 2007 promove, assegura e fomenta a Educação Ambiental da Cidade de São Paulo, por meio de ações educativas, projetos e programas estruturados por suas 4 (quatro) Divisões: Formação em Educação Ambiental e Cultura de Paz; Escola Municipal de Jardinagem, Planetário Municipal, Difusão de Projetos de Educação Ambiental, além da Escola de Agroecologia de Parelheiros³.

Enquanto órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental, tem contribuído na implementação de políticas públicas, destacando -se as mais atuais como Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), Agenda 2030, Programa Escolas Sustentáveis e Plano Municipal da Primeira Infância.

A UMAPAZ possui como valores a responsabilidade ambiental, cultura de paz e não violência, acesso universal à informação, transdisciplinaridade e diversidade cultural. Utilizando preferencialmente o método de livre percurso e práticas pedagógicas integrativas, preconiza o apreço pelo respeito à diversidade e todas as formas de vida; pela integridade física, espiritual e emocional das pessoas; pelos preceitos dos

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); pelo fortalecimento das instituições públicas, notadamente de educação; pelo intercâmbio e fortalecimento de saberes diversos, inclusive dos ancestrais e dos povos originários; pela cidadania como ferramenta de emancipação. Como instituição de educação não-formal, a UMAPAZ possui um de seus pressupostos a cooperação com o sistema educativo existente de forma associada, completando e suplementando a oferta, incluindo parcerias com universidades públicas (INOJOSA, 2012).

A Unifesp, por sua vez, é uma universidade pública criada a partir da Escola Paulista de Medicina (EPM), em 1933, tendo se tornado Universidade Plena em 1994, e reconhecida internacionalmente como centro de excelência de produtividade científica e de formação de pessoas. Seus inúmeros programas de graduação, de pós-graduação stricto sensu, cursos de extensão e de pós-graduação Lato Sensu, bem como projetos sociais que permitem a interação entre o conhecimento acadêmico e os saberes das diversas culturas e sociedades, constituem um importante instrumento de transformação social. A interlocução no caso deste Curso é realizada pela Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro, um Órgão Complementar da Unifesp que pretende, por intermédio da busca de colaboração acadêmica institucional, contribuir com o ensino e a pesquisa sobre essa temática no Brasil a

3 https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/sobre_a_umapaz/index.php?p=243

partir da abordagem multidisciplinar e uma rede de iniciativas institucionais⁴.

Como o curso foi pensado?

A proposta tem como alicerce as bases legais federais, sejam elas a Constituição de Federal, de 1988, que no seu artigo 225, dispõe sobre o dever do Poder Público na promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*; o artigo 2º da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, dispõe sobre a Educação Ambiental ser ministrada a todos os níveis de ensino, com o objetivo da capacitação ativa na proteção ao meio ambiente; a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que prevê, na educação básica, capacitar para a compreensão do ambiente natural e social e do mundo físico e natural, para o exercício da cidadania, assim como na Educação Superior deve proporcionar condições para que estudantes compreendam o ser humano no meio em que vive, pois a Educação deve preparar os/as cidadãos/ãs para o exercício da cidadania.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada em 2002, a Educação Ambiental é componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2012). As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos passam a incluir, no mesmo ano, os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) dispõem sobre a importância da Educação Ambiental como instrumento para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, justiça e equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído. Além das diretrizes nacionais, o presente curso também atende aos eixos do Programa de Metas 2021 / 2024 do Município de São Paulo: SP Justa e Inclusiva, SP Segura e Bem Cuidada, SP Ágil e SP Global e Sustentável. Cada um destes eixos é baseado nos ODS e tem seus objetivos e metas e a Educação Socioambiental é o instrumento para o cumprimento deste Programa.

4 Para saber mais: <https://catedrasus-sustentabilidade.unifesp.br/>

Esta proposta tem como base principalmente o ODS 4 -Educação de Qualidade - da Agenda 2030, ao qual o Município de São Paulo aderiu por meio da Lei Municipal nº 16.817, passando a ser a diretriz das políticas públicas em âmbito municipal. Em atendimento à Meta 4.c- Q dos ODS, o presente curso visa propiciar condições para que, principalmente os/as educadores/as da Rede Municipal de Ensino, sejam capacitados/as para que, no processo ensino-aprendizagem, possam sensibilizar os/as alunos/as e familiares destes/as, sobre a importância da sustentabilidade, da cidadania global e da cultura de paz, tanto na educação formal como não formal. É importante salientar que este processo de aprendizagem seja realizado de forma democrática e participativa, além de considerar a realidade local, com vistas à estruturação de territórios educativos.

Em termos pedagógicos, o curso foi concebido de modo que o/a estudante seja o/a protagonista do processo ensino-aprendizagem. Além disto, há a preocupação de que o curso, antes de tudo, seja centrado na valorização do ser humano e na preservação do meio ambiente de forma transdisciplinar, oferecendo estreita ligação da teoria com a prática, estimulando os/as futuros/as especialistas em educação ambiental a aplicarem os conhecimentos adquiridos por meio de projetos de impacto nos territórios, que por sua vez serão objeto de Trabalho de Conclusão de Curso, previsto no Plano de Ensino aprovado.

Em termos administrativos e formais, o curso teve que passar por diversas aprovações no âmbito da Unifesp, para que fosse formalizado e aprovado conforme as normas, e poder, ao final, certificar os/as concluintes, cumprindo a legislação específica dos Cursos de Lato Sensu, com sua carga horária mínima e demais quesitos. Teve que ser formalizado um convênio entre as duas instituições, Unifesp e UMAPAZ, considerando as suas missões estatutárias e objetivos comuns que justificam esta parceria e realização.

Entre as normas que regem os cursos de Lato Sensu no Brasil⁵ e as normas da Unifesp sobre estes cursos⁶, consta a Carga Horária mínima obrigatória, de 360 horas, a composição/ formação do quadro de docentes, a nota e a frequência mínima necessárias para a aprovação e certificação de concluintes, respectivamente, nota 6 (seis) e 75% de frequência. Consta que o curso é presencial.

A parceria previu que a oferta do curso fosse realizada nas instalações da UMAPAZ, mas possibilitando que possa também ser oferecido nas da Unifesp.

5 Resolução CNE nº. 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para os cursos de pós-graduação Lato Sensu (Especialização), no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº. 9.394/1996.

6 https://sei.unifesp.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1821712&id_orgao_publicacao=0

Panorama dos Módulos

Os conteúdos das Unidades Curriculares, ora chamadas de Disciplinas ou Módulos, foram desenhados com o objetivo de instrumentalizar alunas e alunos para o fortalecimento e a capilarização das ações nos territórios educativos, contribuindo com a sensibilização das comunidades para as principais questões socioambientais, extrapolando as fronteiras municipais. As disciplinas foram estruturadas em 10 módulos coordenados por pelo menos um docente de cada instituição, da seguinte maneira:

O módulo Bases Conceituais Ecológicas: rede da vida, oferece aos/las estudantes, além da oportunidade de tomar contato com os fundamentos e principais conceitos da ciência Ecologia, tais como população, comunidade e ecossistema, predação, competição e mutualismo, e suas consequências demográficas e evolutivas, sucessão ecológica e teias tróficas, também propõe uma reflexão sobre as principais aplicações desses conceitos, como por exemplo a valoração dos serviços ecossistêmicos e a conservação da biodiversidade. Essa mescla traz uma compreensão de como a natureza funciona, influencia e é influenciada pelas ações das diferentes sociedades humanas.

O módulo Saberes Originários e Ancestrais do Território busca em sua essência problematizar a concepção eurocêntrica de formação ocidental, trazendo reflexão



Figura 1. Atividade coletiva durante o Módulo Bases Conceituais Ecológicas. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.

sobre diversas sabedorias, muitas das quais utilizadas por nossa sociedade, dos povos originários, africanos, caipira e caipira, notadamente em relação aos legados culturais e socioambientais. Intuito é de, também, apresentar a diversidade cultural brasileira contemporânea, com valorização de outras inteligências artísticas, tais como: dança, pintura, desenho e poesia. Do afoxé ao hip hop. O módulo contemplou também as seguintes visitas técnicas: Aldeia Guarani Yvy-Porã, Museu Afro Brasil (Figura 2) e o Museu das Culturas Indígenas, todos no município de São Paulo.



Figura 2. Visita técnica ao Museu Afro Brasil localizado no Parque Ibirapuera, região sul de São Paulo. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2023.

O módulo Temáticas Ambientais Humanas e Leituras Urbanas (Figura 3) visa trazer reflexão sobre os aspectos espaciais contemporâneos, principalmente nas cidades (urbano) e no município de São Paulo, onde há uma intensa ocupação urbana e “antropização” (influência urbana e todas suas consequências) do meio. São apresentadas também diversas referências bibliográficas sobre o início da ocupação do Brasil e os modelos socioeconômicos -desiguais- de gestão do território. Além disso, foram abordados temas como: resíduos urbanos, saneamento, acessibilidades (mobilidade, habitação, saúde, cultura etc.), meio ambiente e saúde (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e experiências), aspectos legais (Plano Diretor do município de São Paulo, fiscalização, Plano de Resíduos Sólidos, legislação e licenciamento ambiental, áreas protegidas), paisagem, uso e ocupação do espaço, agroecologia (permacultura, agricultura orgânica, agrofloresta) e justiça ambiental.



Figura 3. Aula do Módulo Temáticas Ambientais Urbanas nas dependências da UMAPAZ. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2023.

O módulo Recursos Naturais: fontes da vida, apresenta a possibilidade dos/as estudantes compreenderem a estrutura básica de funcionamento da Terra e como a forma de utilização dos recursos disponíveis impacta os diferentes grupos sociais humanos que fazem uso desses recursos. Tantos conceitos básicos do funcionamento do clima, os aspectos geológicos e pedológicos e a distribuição atual dos biomas terrestres, quanto temas contemporâneos como agroecologia e mudanças do clima se juntam para que os/as participantes do curso possam refletir sobre como suas escolhas no uso dos recursos naturais podem impactar a permanência dos seres humanos no planeta Terra. O módulo teve atividades expositivas e visita técnica (Figura 4).

No módulo Instrumentos de Cidadania Ativa são tratados os direitos humanos no processo de formação cidadã e no fortalecimento da democracia. Conceitos



Figura 4. Visita técnica ao Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) Parque e Fazenda do Carmo, região leste de São Paulo. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2023

de respeito à diversidade cultural, dignidade do ser humano, trabalho em rede (Figura 5), multiculturalismo e promoção dos direitos humanos trazem uma reflexão sobre as dificuldades e possibilidades existentes na formação cidadã, visando o enfrentamento de problemas para a promoção da evolução de uma sociedade participativa, ativa e consciente de seus direitos e deveres.

O módulo Participação e Atuação Socioambiental procura apresentar os diversos espaços de participação social, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), Conselhos de Parques e Unidades de Conservação, Fundos Ambientais, e promove o exercício em metodologias de planejamento participativo, como Biomapa (Figura 6), e elaboração de projetos socioambientais.

No módulo Metodologias em Educação Ambiental foram trabalhadas práticas pedagógicas em ambientes formais e



Figura 5. Dinâmica durante apresentação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) nas dependências da UMAPAZ. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.



Figura 6. Aula prática de Biomapa no Parque Ibirapuera, região sul de São Paulo. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.

não formais de ensino, permeadas pela valorização de outras inteligências: arte, dança, poesia e atividades corporais. São apresentadas as principais linhas pedagógicas ligadas às questões ambientais, como a educação Freiriana, de Goethe, entre outros, bem como as diretrizes pedagógicas formais.

São promovidas vivências como estudos de meio, metodologias integrativas, jogos e brincadeiras (Figura 7).

No módulo História e Política ambiental são tratadas as políticas da Cidade de São Paulo contadas a partir do seu histórico de



Figura 7. Aula sobre jogos nas dependências da UMAPAZ. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.

ocupação territorial, perpassando pelos principais ciclos, provocando reflexões sobre a estrutura do estado, mecanismos de atuação e estrutura legal do funcionamento do estado republicano. O módulo ocorreu por meio de aulas expositivas, visitas técnicas (Figura 8) e derivas.

O módulo Pesquisa e Trabalho Científico tem o objetivo de apresentar conhecimentos sobre os fundamentos para a construção de uma pesquisa científica. Por meio de aulas expositivas dialogadas, leituras, discussão de textos, visualização de vídeos e estudos dirigidos, foram trabalhados os seguintes conteúdos: ciência, conhecimento empírico e científico, método científico, pesquisa bibliográfica (Figura 9), tipos de pesquisa científica, formas de comunicação de trabalho científico, elaboração de referências bibliográficas, estrutura e comunicação do trabalho científico e ética em pesquisa.

Finalmente, o módulo do Trabalho de Conclusão de Curso, se propõe a revisar



Figura 8. Visita técnica ao Parque Estadual Itaim Biacica, região leste de São Paulo. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.

todo o conteúdo visto nos módulos anteriores para que o/a participante elabore o trabalho de conclusão, conforme seu tema de maior interesse. O módulo agrupa os/as participantes em três ‘guarda-chuvas’: áreas verdes, gestão ambiental urbana e espaços educadores, participação social e educação ambiental nas escolas. Dentro de cada um desses agrupamentos, os/as estudantes trocam experiências no processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso e recebem orientação dos/as professores/as do curso, conforme sua área de competência.

Ao longo do curso, as aulas foram conduzidas pelos coordenadores dos módulos, educadores da UMAPAZ, Unifesp, professores de outras universidades, parceiros institucionais e demais atores convidados por sua experiência e relevância socioambiental.



Figura 9. Aula prática sobre pesquisa bibliográfica nas dependências da UMAPAZ. Fonte: Acervo UMAPAZ, 2022.

Sobre os alunos e as alunas

A primeira edição do curso foi lançada em fevereiro de 2022 e teve 277 inscrições para as 45 vagas oferecidas.

A seleção dos/as candidatos/as da primeira turma considerou, inicialmente, a necessidade de potencializar a capacitação técnica voltada para estruturação de projetos, um dos pré-requisitos para o ingresso ao curso de especialização foi a apresentação de ações e experiências socioambientais aplicadas aos espaços de ação de cada candidato e candidata, sendo que os primeiros meses do curso tiveram ênfase na elaboração de projetos.

Associado a isto, buscou-se também, desde o primeiro momento, trazer uma diversidade de pessoas que atuam em áreas diversas do conhecimento e atuação. Desta maneira, foram selecionadas professoras, professores e demais profissionais (Gráfico 1), priorizando

pessoas atuantes em seus territórios e em instituições públicas, notadamente municipais, por ser um projeto advindo da Agenda 2030 da cidade de São Paulo.

Dos/as 45 alunos/as selecionados/as e matriculados/as, tivemos o seguinte panorama de atuação profissional:

- 16 (dezesesseis) profissionais da área de ensino formal, sendo 12 da rede municipal, 03 (três) rede da rede estadual e 01 (um) da rede privada;
- 04 (quatro) servidores/as da Prefeitura Municipal de São Pau (PMSP);
- 02 (dois) servidores/as da Unifesp;
- 23 (vinte e três) profissionais de outras áreas, como educadores/as e ativistas socioambientais.

Do total de 45 pessoas que iniciaram o curso, 36 concluíram e receberam seu diploma em Especialização. Foi observado que as desistências ocorreram em parte pela dificuldade de liberação das chefias nos respectivos trabalhos, também por não ter ficado claro para todos/as inscritos/as de que o curso seria presencial e em qual local, datas e horários e por questões de saúde, especialmente mental. Importante salientar que o curso se iniciou ainda no contexto da pandemia da COVID -19.

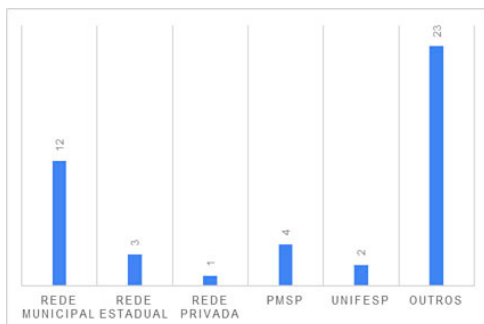


Gráfico 01. Quantidade de alunos/as matriculados/as na especialização por área de atuação

O produto final do curso

O processo de elaboração de trabalhos, individuais ou em grupo, perdurou por todo o curso. A entrega final dos trabalhos ocorreu em agosto de 2023. Ao todo foram elaborados 21 trabalhos disponibilizados no Repositório Institucional da Unifesp com os seguintes títulos:

- A Arte Ambiental na Educação (Formal ou Não): Reflexões Sobre Experiências Nas Cidades de São Paulo e Itanhaém
- Sustentabilidade na Prática Escolar: A Construção do Lago Pedagógico em escola estadual de São Paulo, SP
- Aspectos da Educação Ambiental em Relação ao Uso de Smartphones
- Jardins Verticais Urbanos Modulares: prática socioambiental coletiva para *big gardens* e possíveis usos terapêuticos para idosos
- Horta Comunitária: um olhar em diferentes espaços
- O Jardim Sensorial... e seu exuberante universo de texturas, sons, cores, sabores e aromas!
- A gestão democrática participativa da escola nas relações socioambientais do território e com a comunidade para além dos muros da escola: a narrativa do Centro de Educação Infantil (CEI) Cidade de Genebra, São Paulo/SP
- Paisagismo Socioambiental nos Parques Urbanos de São Paulo: A Utilização do Mapeamento Digital e da Etnobotânica na Educação Ambiental
- Reflexão: Uma Ferramenta Participativa de Acompanhamento em Educação Ambiental
- Compostagem comunitária: experimentos coletivos pelo método termofílico da ONG Missão Ambiental, Ipiranga-São Paulo
- Descarte de resíduos químicos em laboratórios de pesquisa: um estudo focado em levantados bibliográficos recentes
- Geotinta: tinta ecológica e integração socioambiental
- Cartografia Participativa: uma estratégia de aproximação de outros atores na gestão de resíduos secos no distrito Cachoeirinha/SP
- Rios urbanos: aplicando PAR e PARU como metodologia para a educação ambiental
- Percurso de desenvolvimento do “Curso municipal de arborização urbana” da Escola Municipal de Jardinagem do Parque do Ibirapuera /SP
- Raízes Sustentáveis: Um projeto para a Igreja Presbiteriana de São Miguel Paulista
- Transformando a realidade pela Educação Ambiental: Estudo de caso do curso Percepção de Riscos e Adaptação às Mudanças do Clima
- Práticas de educação ambiental de base comunitária em territórios educativos como forma de conexão com a natureza: um estudo de caso na Ilha do Bororé, extremo sul da cidade de São Paulo
- Educação e sensibilização ambiental para crianças: Relato de uma experiência em uma escola de educação básica da rede pública de São Paulo-SP
- Processos de implantação de Parques

Municipais, conflitos e participação social: estudo de caso do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva

- Histórias pessoais como ferramenta de representatividade e conscientização sobre as mudanças climáticas

A construção dos conteúdos embasados no repertório adquirido ocorreu coletivamente a partir das realidades apresentadas ao longo do curso, em consonância com os sonhos dos alunos e alunas e apresentados individualmente ou em grupos.

Reflexões

Elaborado como uma ferramenta conceitual, reflexiva, mas também propositiva de atuação prática no território, entende-se este curso como uma iniciativa exitosa para a implementação de EA não apenas em escolas públicas e privadas, mas, certamente, em todas as esferas da vida cotidiana, desde a criação e desenvolvimento de uma sensibilização e conscientização quanto ao tema, mas especialmente em ações pontuais corriqueiras, como a compostagem e reciclagem de resíduos sólidos; até transformações estruturais, propondo-se outra maneira de a sociedade conviver.

O fato de os módulos terem sido coordenados por, ao menos, um docente de cada instituição, garantiu uma mescla

de repertórios e metodologias a partir das experiências de ensino acadêmico formal e não formal. Essa construção foi reforçada com a participação de educadores e educadoras das mais diversas áreas de conhecimento e práticas, valorizando não só a experiência acadêmica, como também os saberes de cidadãos e cidadãs que protagonizam a transformação no seu território.

Considerando que a especialização foi criada prioritariamente em atendimento da meta de qualificar educadores/as da rede de ensino, especialmente municipal, ainda é relativamente baixo o número de alunos/as dessa categoria, ou seja, somente 35,55% do total de matriculados/as, nem todos atuando no município de São Paulo. A divulgação do curso foi realizada pelos canais da UMAPAZ e Unifesp (site, redes sociais e outras mídias), bem como pelo site da Prefeitura de São Paulo, entretanto não foi realizada uma interlocução efetiva e direta com a Secretaria Municipal de Educação (SME), um dos órgãos gestores da Política Municipal de Educação Ambiental na cidade de São Paulo, juntamente com a SVMA.

Vale ressaltar que todo o processo de seleção e acompanhamento desta primeira turma, entendida como um “projeto piloto”, trouxe reflexões que estimularam alterações significativas para a elaboração do edital da segunda turma. Dentre estas, destaca-se: um foco, com elaboração de critérios

e ranqueamento na seleção, em políticas afirmativas de inclusão.

Com relação a uma participação efetiva de educadores/as da rede pública, os resultados alcançados na primeira oferta, demonstram a necessidade de uma interlocução com as Secretarias e responsáveis ligados à educação pública, seja municipal ou estadual, de modo que ocorra uma sensibilização dos/as gestores/as com relação à liberação dos/das educadores/as para participação no curso de especialização, considerado a importância da temática socioambiental para o enfrentamento das questões ambientais prementes, a formação continuada de professores/as e a progressão e promoção dos/as servidores/as que, ao menos na PMSP, exige a apresentação de certificação. Com essas considerações, apesar do curso de especialização contemplar a execução das políticas internas tanto da UMAPAZ quanto da Unifesp alinhadas à uma política municipal, ainda se faz necessário o estabelecimento de arranjos institucionais visando uma estruturação que promova a transformação necessária para a melhoria da qualidade ambiental e social tão almejada e necessária, as conhecidas políticas públicas estruturantes.

O Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Socioambiental possui enorme potencial de impacto positivo nos territórios educativos em todas as regiões do Município de São Paulo, podendo tornar-

se uma referência de articulação exitosa no âmbito das políticas públicas em Educação Ambiental. Assim, as instituições parceiras vislumbram a possibilidade de uma oferta permanente deste curso, de modo a auxiliar nas transformações profundas necessárias.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 6.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 fev. 2024
- INOJOSA, R. M. (Org.). (2012): Aprendizagem socioambiental em livre percurso: a experiência da UMAPAZ. 1. ed. – São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. 267 p. ISBN: 978-85-98140-14-8. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/livro_-_aprendizagem_socioambienta_em_livre_percurso_-_v12_-_web_1355257931.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. (2022): Plano de Ação Agenda Municipal 2030. Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/SEPEP/arquivos/plano-acao-agenda2030-final.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. (2020): Agenda Municipal 2030. Dezembro de 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/agenda_municipal_2030.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024. 2020
- SILVA, D. O. V.; NUNES, C. P. (2021): Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.14575>